

LEI Nº 4.461, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010, no montante de R\$ 14.976.042.372,00 (quatorze bilhões, novecentos e setenta e seis milhões, quarenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais) e fixa a Despesa em R\$ 14.968.672.372,00 (quatorze bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais), nos termos do art. 149, § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, observado o que dispõe a Lei nº 4.386, de 5 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos ou mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Título II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Orçamentária estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 13.441.894.569,00 (treze bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais).

Art. 3º - As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminadas, em anexo, são estimadas com o seguinte desdobramento:

RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	12.102.312.378	1.442.519.283	13.544.831.661
11 - RECEITA TRIBUTÁRIA	8.747.988.921		8.747.988.921
12 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	116.263.038	817.614.841	933.877.879
13 - RECEITA PATRIMONIAL	103.612.005	25.427.143	129.039.148
14 - RECEITA AGROPECUÁRIA	12.500		12.500
15 - RECEITA INDUSTRIAL	3.000.000		3.000.000
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	17.885.620	237.544.568	255.430.188
17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.824.564.232	550.000	2.825.114.232
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	288.986.062	361.382.731	650.368.793
2 - RECEITAS DE CAPITAL	948.519.904	279.320.000	1.227.839.904
21 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400.000.000		400.000.000
22 - ALIENAÇÃO DE BENS	10.127.950	24.000.000	34.127.950
23 - AMORTIZAÇÕES	15.506.034	1.320.000	16.826.034
24 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	522.885.920	254.000.000	776.885.920
7 RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	3.732.013	98.565.012	102.297.025

72 – RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CONTRIBUIÇÕES		88.500.000	88.500.000
76 – RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE SERVIÇOS	1.743.913	10.065.012	11.808.925
77 - TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.988.100		1.988.100
8 RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	6.827.083	126.600	6.953.683
84 – TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	6.827.083	126.600	6.953.683
9 – DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (FUNDEB)	-1.440.027.704	0	-1.440.027.704
95 – DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-1.440.027.704		-1.440.027.704
TOTAL	11.621.363.674	1.820.530.895	13.441.894.569

Capítulo III DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no valor de R\$ 13.434.524.569,00 (treze bilhões, quatrocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais), é fixada:

I - no Orçamento Fiscal, em R\$ 9.861.676.391,00 (nove bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e um reais); e

II - no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 3.572.848.178,00 (três bilhões, quinhentos e setenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e oito reais).

Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos do Tesouro e de receitas de outras fontes da administração direta e indireta, observada a programação anexa a esta Lei, apresenta, por órgão, o seguinte desdobramento:

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ 1,00

ÓRGÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
CÂMARA LEGISLATIVA	354.593.135		354.593.135
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	194.993.589		194.993.589
CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11.011.855		11.011.855
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	6.655.041		6.655.041
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	671.238.270		671.238.270
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	92.735.703		92.735.703
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	134.714.305	480.000	135.194.305
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	117.141.888		117.141.888
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	340.966.468		340.966.468
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	2.760.913.397		2.760.913.397
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	957.514.840		957.514.840
SECRETARIA DE ESTADO DE	120.673.131	7.368.546	128.041.677

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO			
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	840.134.217	200.626.600	1.040.760.817
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	1.897.242.400	310.000	1.897.552.400
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	286.819.224	233.952.932	520.772.156
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO	59.038.599		59.038.599
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES	656.662.657	191.480.480	848.143.137
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	583.934.872	4.230.721	588.165.593
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	855.343.914	1.155.613.616	2.010.957.530
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE	50.456.312		50.456.312
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	77.377.802		77.377.802
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	290.961.544		290.961.544
SECRETARIA DE ESTADO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E CORREGEDORIA GERAL	60.748.233		60.748.233
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO	55.194.686	26.468.000	81.662.686
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	136.927.592		136.927.592
TOTAIS (*)	11.613.993.674	1.820.530.895	13.434.524.569

(*) Do total da Despesa, estão deduzidos R\$ 7.370.000,00 decorrentes de créditos orçamentários VETADOS.

Título III
DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Capítulo I
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 6º A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação, em anexo, e não computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é fixada em R\$ 1.534.147.803,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e três reais), apresentando, por empresa, o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Centrais de Abastecimento de Brasília S/A	6.600.000
Banco de Brasília S. A.	22.556.463
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal	468.425.000
CAESB - Participações	108.000
Companhia Energética de Brasília	4.701.340
CEB Lajeado S/A	50000
Companhia Brasiliense de Gás - CEBGÁS	791.000
CEB Distribuição S/A	186.112.000
CEB Geração S/A.	3.104.000

Companhia Imobiliária de Brasília	841.700.000
TOTAL	1.534.147.803

Capítulo II DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 7º As fontes de receita, para a cobertura da despesa fixada no art. 6º, decorrentes da geração de recursos próprios, de operações de crédito internas, participação acionária entre empresas e de outras fontes, foram estimadas com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Geração Própria	1.044.112.463
Participação Acionária entre empresas	41.231.340
Operações de Crédito Internas	220.115.000
Recursos de Contratos e Convênios	228.689.000
TOTAL	1.534.147.803

Título IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Governador do Distrito Federal fica autorizado a proceder, mediante decreto, às suplementações orçamentárias nesta Lei Orçamentária nas Unidades Orçamentárias do Poder Executivo nos seguintes casos:

I – abrir créditos suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de vinte e cinco por cento do valor total de cada Unidade Orçamentária autorizada por esta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias autorizadas por esta Lei, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, excluídos os subtítulos e dotações inseridos nesta Lei Orçamentária por emendas da Mesa Diretora da Câmara Legislativa ou de Deputado Distrital, bem como as dotações consignadas às unidades orçamentárias da Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do Distrito Federal;

b) de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

c) da reserva de contingência;

II – abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados os respectivos saldos orçamentários e suas vinculações, se houver.

b) doações;

III – incorporar, por excesso de arrecadação, aos Orçamentos do Distrito Federal os créditos suplementares referentes às transferências concedidas pela União, recursos oriundos de convênio, operações de crédito e eventuais resultados de aplicações financeiras durante o exercício financeiro, não previstos ou insuficientemente estimados no orçamento, respeitados os valores e a destinação programática;

IV – ajustar o limite das unidades contempladas com créditos por excesso de arrecadação, abertos por projeto de lei;

Art. 9º - O Poder Executivo poderá designar o órgão central para movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 2009.

122º da República e 50º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA